

“DOADOS AOS HUMANOS

Como um Segundo Sol”: Uma Abordagem Póscolonial à *História Natural* de Plínio, o Velho

NELSON DE PAIVA BONDIOLI*

RESUMO

O presente artigo analisa questões referentes às identidades e fronteiras durante o Principado Romano, em uma perspectiva póscolonial. Considerada essa abordagem, pretende-se realizar um estudo a partir do trabalho de Plínio, o Velho, a *História Natural*, com especial atenção ao Livro VII, com o objetivo de entender como a construção/produção da romanidade e da alteridade tomam seu lugar dentro dos discursos das elites e a sua articulação com outras práticas Imperialistas/Colonialistas romanas.

Palavras-chave: Póscolonialismo; Fronteiras; Romanidade

ABSTRACT

This article analyses the questions referring to identities and frontiers during Roman Principate based on post-colonial theory. Considering that theoretical approach, we intend to make a study of the work of Pliny, the elder *Natural History*, book VII, aiming at understanding how did the construction/production of romanness and otherness take place within the elite's discourses and their articulation with different Roman imperialistic practices.

Keywords: Postcolonialism; Frontiers; Romanness.

*Doutor em História pela UNESP/Assis. Post-Doctoral Fellow na North-West University (África do Sul), com apoio da NRF – National Research Foundation. Email: bondioli01@terra.com.br.

Durante os séculos dezoito e dezenove, como mostrou Scheid¹, encontramos nos estudos acadêmicos uma visão peculiar sobre identidade e trocas culturais. Partia-se do princípio promovido pela formação das nações e identidades nacionais de que um povo devia ser compreendido através desse “pacote cultural”², isto é, a reunião de características essenciais (língua, território, cultura) que não apenas o distingue, mas constituem o âmago de seu ser e, portanto, apresentam uma consistência e coerência que o torna praticamente imutável e identificável.

Embora a discussão que resume o conceito de identidades a argumentos essencialistas/primordiais há muito tempo foi abandonada nas ciências humanas, encontramos-nos ainda em um momento de reflexão acerca desse conceito. De fato, as questões relacionadas às identidades fazem-se presentes nos estudos de todos os períodos históricos, sendo significativas inclusive para a Antiguidade.

Nas últimas décadas, especificamente no que tange os estudos sobre Roma, é possível encontrarmos um número crescente de trabalhos que problematizam a questão da criação e manutenção de identidades através de diferentes aportes teóricos e metodológicos. Seguindo essa tendência, o presente artigo apresenta uma proposta de interpretação dos movimentos de criação e manutenção de *identidades romanas*, a partir da crítica pós-colonial.

O pós-colonialismo busca compreender, bem como criticar, os contextos de dominação e opressão pelo qual diferentes povos foram marginalizados em diferentes processos colonizadores. Uma das principais discussões hoje dentro do pós-colonialismo é entender como identidades que, sendo múltiplas, variadas e em constante transformação, passam a ser reescritas, categorizadas e engessadas nos discursos dominantes, em que, entre os diversos processos, o “Outro” é desumanizado e subjugado.

A partir dessa leitura crítica e teórica, analisaremos a obra *História Natural* de Plínio, o Velho, com especial atenção ao livro VII, em que se mostram privilegiadas as formas com que o “Outro” não-romano é criado e discursivamente posicionado pelo autor.

Identidade, Romanidade e Fronteiras

O principal ponto teórico apresentado neste estudo, será relativo à crítica pós-colonial que vem sendo realizada na atualidade a respeito da identidade. O pós-colonialismo, ou ainda a teoria pós-colonial, aparece inicialmente enquanto um desenvolvimento da reflexão e expressão da “tensão resultante desta problemática e contestada, mas eventualmente vibrante e poderosa, combinação da linguagem imperial e da experiência local”³. A partir dessa vaga noção, percebemos que o pós-colonialismo, como mostra Slemmon⁴, pode descrever uma grandiosa variedade de “posições subjetivas, campos profissionais e projetos críticos” que, principalmente, designam a contestação e crítica às “teorias ocidentais de subalternização”.

Parte dos problemas em se tratar do pós-colonialismo está na dificuldade de se definir de maneira segura no que consistiria o próprio colonialismo, ou ainda, o campo de estudos dedicado ao chamado discurso colonial. David Spurr mostra que o

1 SCHEID, John. *An Introduction to Roman Religion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003, p.10-17.

2 WOOLF, Gregory. *Becoming Roman: The origins of the Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.11.

3 ASHCROFT, Bill.; GRIFFITHS, Gareth.; TIFFIN, Hellen. (Eds). *The Post-Colonial Studies Reader*. London & New York: Routledge, 1995, p.1.

4 SLEMON, Simon. “The Scramble for Post-Colonialism”. In: ASHCROFT, GRIFFITHS & TIFFIN, *op.cit.* p.45.

"discurso colonial não é um sistema monolítico, nem mesmo um conjunto finito de textos; ele pode ser mais acuradamente descrito como o nome para uma série de discursos colonialistas, cada um adaptado para uma situação histórica específica havendo em comum, entretanto, certos elementos um com os outros."⁵

A variedade de textos e contextos em que se situam as práticas coloniais ainda faz com que Spurr assuma que sua própria discussão seguirá "dentro de uma área de tensões entre definição e a falta de poder de definir" o discurso colonial. Sua indagação aos textos que trabalha é clara: "De que forma o escritor ocidental constrói uma representação coerente das estranhas (para o escritor) e, frequentemente, incompreensíveis realidades confrontadas no mundo não-Occidental?"⁶

A pergunta lançada por Spurr é de extrema relevância ao nosso trabalho, sendo que aqui o "escritor ocidental", dentro do recorte temporal dos séculos I a.E.C e I E.C., é entendido como aquele escritor Romano ou ainda Greco-Romano, que descreve – desde de meados do período Republicano – sobre o Outro, não-Romano, pintado invariavelmente, pelas cores do barbarismo.

Compreender Roma enquanto uma potência imperial, certamente não causa nenhum problema em nossa escrita. Entretanto, devemos considerar por um momento o que chamaremos de práticas coloniais, ou ainda, discursos coloniais em Roma durante o período de nosso recorte.

Em nossa análise, o termo *colonialismo romano* será entendido a partir de uma visão mais abrangente e não apenas focada nas relações econômicas entre Roma e suas Províncias. De fato, partimos para uma compreensão que engloba as relações políticas e sociais no choque entre diferentes culturas que, embora não perca de vista a exploração nas condições materiais da população nativa, observa todos os processos pelos quais a cultura das elites romanas subordina a ela as diversas outras culturas ao seu redor. Retomamos aquilo que Derrida chamou de guerra antropológica "o confronto essencial que abre comunicação entre povos e culturas"⁷ e que, no caso do colonialismo, inclui todo o "sistema através do qual uma cultura vem a interpretar, representar, e finalmente dominar outra"⁸.

Nesse movimento de interpretação, representação e dominação do Outro – que ressaltamos, nunca se dá sem resistência –, ficam abertas as diferentes escalas de análise ao problema em que, de um lado, podemos observar o conflito local da experiência nativa com os elementos da nova administração seja, de forma direta por cidadãos romanos ou indireta pelas elites locais cooptadas pelo conquistador. De outro lado, encontramos a face nem sempre harmoniosa das relações entre as elites locais e o poder em Roma. Em nosso estudo, focaremos principalmente nas produções textuais da antiguidade, nos discursos produzidos por membros dessa elite e que chegam a nós – por vezes em fragmentos.

Podemos então, finalmente, começar nossa análise a respeito do conceito de identidades e, assim, descartarmos de pronto, aquela ideia essencialista a qual nos referimos no começo deste artigo. Propomos que, em seu lugar, devemos entendê-la, primariamente, enquanto uma característica relacional⁹, isto é, ela depende sempre de uma relação entre um "eu" e o "outro". Homi Bhabha, um dos maiores pensadores

5 SPURR, David. *The Rhetoric of Empire: Colonial Discourse in Journalism, Travel Writing and Imperial Administration*. Durham & London: Duke University Press, 1993, p.1-2.

6 *Idem*. p.2-3.

7 DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore & London: Johns Hopkins University Press, 1976, p.107.

8 SPURR, David. *op. cit.*, p. 4.

9 POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joyce. *Teorias da Etnicidade: Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrick Barth*. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 124.

a respeito dos temas da identidade e pós-colonialismo na atualidade, aponta para esta característica presente nos processos de identificação/criação de identidades:

“Existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus. É uma demanda que se estende em direção a um objeto externo como escreve Jacqueline Rose, “É a relação dessa demanda com o lugar do objeto que ela reivindica que se torna a base da identificação”¹⁰

Bhabha ainda observa outra importante característica desses processos de identificação em que “a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocompridora - é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem”¹¹. Podemos dizer com isso, que a identidade, e por consequência a diferença, devem ser sempre “ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendente, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fazemos, no contexto de relações culturais e sociais”¹².

Considerada nessa incessante produção a que estão submetidas as identidades, podemos realizar uma investigação histórica a seu respeito, percebendo como estão sujeitas a constantes transformações no tempo – e no espaço – e, especialmente, nos discursos. Como aponta Stuart Hall:

“É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.”¹³

A questão da identidade, desta forma, está sempre vinculada às relações de poder que se exercem dentro do discurso de formas variadas. A identificação, neste sentido, e conforme veremos na obra de Plínio, o Velho, torna-se uma ferramenta para a subalternização do Outro, especialmente, através da criação de estereótipos sobre os povos não-romanos, que como aponta Gruen: “imagens negativas, deturpações e estereótipos, permitiram aos antigos inventar o “outro” e assim, justificar a marginalização, subordinação e exclusão”¹⁴.

A questão da criação de estereótipos é cara ao discurso colonial/imperial romano e, conforme mostra Bhabha, “produz o colonizado como uma realidade social que é, ao mesmo tempo, um “outro” e ainda assim inteiramente conhecível e visível”¹⁵.

Conforme veremos na seção que se segue com a análise da obra de Plínio, o Velho, é justamente a criação e utilização de estereótipos sobre os diversos povos aos quais Plínio se refere, que oferece aos romanos (em Roma) a possibilidade de conhecer este Outro das províncias. Assim como também possibilita a organização do mundo frente um paradigma romano que se utiliza plenamente da dupla função do Outro enquanto “objeto de desejo e desprezo”¹⁶ para assegurar sua hegemonia.

10 BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. London & New York: Routledge, 1994, p.63.

11 *Idem*, p.64.

12 SILVA, T. A Produção social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. (Org). *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p.76.

13 HALL, Stuart. “Quem Precisa de Identidade?”. In: SILVA, T. (Org). *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p.109.

14 GRUEN, Eric. *Rethinking the Other in Antiquity*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2011, p.2.

15 BHABHA, *op. cit.*, p.101.

16 *Idem*. p.96.

O desejo pelo “Outro”, de conter, categorizar, trazer e descrever essa “realidade incompreensível” é expressa de maneira comum nos escritores clássicos, bem como o movimento de desprezo e exploração do ridículo nessas imagens, elementos que serão encontrados claramente na obra de Plínio, o Velho.

Encontraremos nessa tensão em relação à organização do mundo e o discurso das elites romanas, a problemática relativa aos conceitos de fronteira e romanidade. Começamos tomando a questão da romanidade. Esse conceito liga-se a dois termos que operavam de maneira bastante similar no mundo romano: *Romanitas* e *Humanitas*. Eles são similares em sua tentativa de se apresentarem enquanto qualidades quintessenciais do povo romano embora sejam consideravelmente vagos e enviesados.

De um lado, como já mostrou Paul Veyne, *Humanitas* “palavra vaga e elogiosa ao mesmo tempo, que designa os seres humanos que são dignos do nome de homem por não serem bárbaros, nem inumanos e nem incultos”¹⁷, representa assim, um ideal de civilização que na visão da elite, serve para separar os romanos do resto do mundo conhecido, sendo certamente “mais um mérito do que uma característica universal”, especialmente pela sua capacidade de ser alcançada com o devido trabalho e atitude. A humanidade dos romanos resumia assim, um conjunto de características tais como a instrução (filosófica/retórica) e as construções/organização da cidade (termas, ruas, fórum), que justificavam (e eram pensados enquanto justificativas) para a conquista e dominação romana¹⁸.

Por outro lado, *Romanitas*, como aponta Lindsay Hall, corresponde a “um (...) termo vago que abarca as atitudes e posturas morais que sustentavam a própria autodefinição romana e coesão social. Para a aristocracia da República, ela significava acima de tudo ‘honos, fama vitrusque gloria atque ingenium’”¹⁹, além é claro de uma série de elementos vistos enquanto romanos como a celebração de determinados rituais e as maneiras corretas de celebrá-los.

Não por acaso parece existir uma equiparação entre *Romanitas* e *Humanitas*, ou ainda, que a primeira seja uma forma de expressão, talvez genuinamente romana, da segunda. *Romanitas* é o ideal humanista ao qual todos os povos devem aspirar.

Dessa correlação podemos entender a *romanidade* então, enquanto uma visão do “jeito romano de ser” que nos autores antigos essencializa a cultura e identidade romana em torno de um conjunto de características, “pacote cultural” pronto para ser exportado e consumido.

Mas espere, se acabamos de observar, que não podemos mais operar com esta visão essencialista das identidades, como deveríamos entender a *Romanidade*, tal qual ela é trabalhada na antiguidade?

A *romanidade* deve ser vista então, acima de tudo em uma abordagem póscolonial, enquanto uma prática discursiva que abrange um projeto político-pedagógico que pretende firmar uma ideia, ou ainda uma visão, na sociedade, proveniente e sustentada pelo seu grupo social mais alto, a respeito de como é, o que é, e como deve ser o comportamento intitulado “romano”.

Para a compreensão desses discursos, projetos político-pedagógicos e normativos, é importante que nos voltemos à questão das fronteiras. As fronteiras romanas são consideradas, em vias gerais, dentro do paradigma apontado por Derks

17 VEYNE, Paul. “*Humanitas*: Romanos e Não Romanos”. In: GIARDINA, A (org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.283.

18 HINGLEY, Richard. *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. New York: Routledge, 2005, p.25-28.

19 HALL, Lindsay. “Ratio and Romanitas in the *Bellum Gallicum*”. In: POWELL, A.; WELCH, K. (Eds.). *Julius Caesar as Artful Reporter*. London: Duckworth with the Classical Press of Wales, 1998, p.11.

"Fronteiras são um contexto geográfico e sócio-político onde a etnicidade pode ser particularmente relevante. Localizada na periferia dos estados nacionais ou impérios, fronteiras são melhor descritas como grandes zonas de interação entre um poder intrusivo e as tribos indígenas dentro de sua esfera de influência. Fronteiras não são estáveis, mas movem-se com a expansão dos impérios"²⁰.

Peter Wells também nesse sentido, expõe que as

"fronteiras não são linhas limítrofes, que podem ser definidas claramente por muralhas ou elementos naturais tais como rios. Fronteiras são, ao contrário, zonas de interação, grandes áreas de terra nas quais pessoas que vivem dentro do território imperial interagem com pessoas vivendo fora dele."²¹

As fronteiras aparecem enquanto espaços não de separação, mas de conjunção, espaços de interação para os atores sociais de dentro e fora do "território imperial". Perspectivas mais recentes, como as apresentadas por Gruen, mostram que, de fato, é mais proveitoso pensarmos esse mundo mediterrâneo sob dominação romana, de uma forma mais integrada, em que ao invés de focar a separação, distanciamento e rejeição, as relações entre romanos e não-romanos são melhor descritas enquanto fundamentadas na *apropriação*, nas formas em que o Outro é trazido para dentro do mundo romano.

Nossa visão a respeito das fronteiras mantém, de certa forma, a perspectiva apresentada por Gruen, assim como é também um pouco distinta das de Wells e Derks, uma vez que nosso foco não está na diferenciação do espaço geográfico entre o "dentro e fora" do espaço imperial. Embora as fronteiras possam ter suas contrapartidas territoriais, interessa-nos principalmente para este trabalho as fronteiras sociais, e os critérios que tornam manifestas a pertença, exclusão e apropriação.

As fronteiras, então, criadas e sustentadas discursivamente, são fundamentalmente dependentes do conhecimento quimérico sobre o outro e suas diferentes formas de apropriação, reforçando e sendo reforçado dentro das construções sobre a romanidade e alteridade.

Se a *romanidade* é, como mostramos, a prática discursiva das elites romanas, propomos que o espaço privilegiado para tratarmos das fronteiras estejano local dessa prática, isto é, em Roma.

A *urbs* aparece para nós, enquanto a fronteira, par excellence, como o local onde ocorrem intensas negociações identitárias (e estritamente heterogênea), como sugere a ideia de Wallace-Hadrill²² – ainda que se referindo sobre Pompeia – sobre a sobreposição de várias camadas culturais no mesmo espaço, espaço esse dentro do qual um grupo (a elite econômica/social/religiosa) esforça-se, ao seu máximo, para criar categorias tendo por finalidade não outra do que a subalternização do Outro e a manutenção de sua hegemonia. Emprega para esse fim, como instrumentos de dominação as duas ferramentas que são, praticamente, suas exclusividades: a escrita e a leitura.

20 DERKS, Ton. "Ethnic identity in the Roman frontier. The epigraphy of Batavi and other Lower Rhine tribes". In: DERKS, Ton; ROYMANS, Nico (Eds.). *Roman Constructs in Antiquity: the role of Power and tradition*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009, p.242.

21 WELLS, Peter. *The Barbarians Speak; How The Conquered Peoples Shaped Roman Europe*. New Jersey: Princeton University Press, 1999, p.126.

22 WALLACE-HADRILL, Andrew. "Pompeian Identities: Between Oscan, Samnite, Greek, Roman and Punic". In: GRUEN, E. (Ed). *Cultural Identity in the Ancient Mediterranean*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2011, p.416.

Os textos que encontramos desses autores clássicos que falam do Outro, assim como de si mesmos, não devem ser tomados enquanto uma prova da unidade cultural romana ou qualquer outra espécie de regime de verdade, mas sim como o indício desta luta pelo controle das relações sociais e da apropriação do outro. Através da análise retórica desses discursos, torna-se possível observarmos seu caráter pedagógico e normativo. É assim justamente porque a comunidade em que esses discursos são criados necessita ser transformada e imaginada de acordo com os ideais da elite que a sociedade não pode, portanto, ser um reflexo do que está nos textos por ela produzidos.

A *romanidade* entendida como uma nomenclatura de uma identidade romana proposta pelas elites, enquanto uma construção retórico-discursiva que atribui características ao “ser romano”, nunca encontrará nessas características – constantemente sujeitas a alterações no tempo, espaço e discursos – sua afirmação, como numa “profecia autocumpridora”, mas inversamente, situa-se dentro deste grupo social que as determina. Como mostra Woolf²³, adquirir a identidade romana se trata menos de agir de maneira romana quintessencial do que de adentrar como insider no debate sobre no que consiste essa maneira.

Considerando-se assim, que a compreensão da ideia de *Romanidade* e suas fronteiras seja uma atividade a ser desenvolvida através da análise de elementos ligados às construções retórico-discursivas das elites romanas, propomos a realização de um estudo de caso a partir da obra de Plínio, o Velho a *História Natural*.

A *História Natural* e o Discurso Imperial

Elegemos para esta seção trabalhar com o autor Plínio, o Velho e a sua obra *História Natural*, tendo em vista as novas leituras que são realizadas a seu respeito. Para a historiografia tradicional, especialmente entre os séculos XIX e começo do XX, a *História Natural* representava uma pobre produção da Antiguidade, um aglomerado de fatos – muitas vezes desconexos – que, em virtude do desenvolvimento científico, sequer poderiam mais ser utilizados de maneira prática. O fato de conter diversas histórias incríveis – *mirabilia* – ou de conteúdo duvidoso, fez com que fosse senão inteiramente descartada, ao menos relegada ao segundo plano²⁴.

Atualmente, entretanto, a visão a respeito da obra mudou consideravelmente e podemos colocá-la como uma fonte especialmente importante para os estudos a respeito da construção de um discurso identitário imperial, assim como o seu valor enquanto um artefato cultural romano²⁵.

Diante esse novo posicionamento sobre a obra, acreditamos que a *Historia Natural* atende plenamente aos anseios de nossa pesquisa, pois encontramos em seu interior a discussão por parte de Plínio, o Velho de elementos que estão no cerne de nosso estudo: questões e comentários que dizem diretamente respeito à sustentação e visão de identidades (romanas e não-romanas), assim como o lugar da religião e superstição nesse mundo imperial.

Começamos apresentando o seu autor: Plínio, o Velho. Nascido em c. 23 E.C., durante o principado de Tibério, Plínio pode ser considerado como um membro típico da elite em Roma tanto em suas aspirações quanto realizações. No campo político, ocupou diversos cargos nos exércitos da Germania, tornou-se *procurator* em várias províncias romanas,

23 WOOLF, Gregory. *op. cit.*, p.11.

24 WALLACE-HADRILL, Andrew. “Pliny the Elder and Man’s Unnatural History”, *Greece & Rome*, Cambridge, v. 37, 1990, pp.80-96.

25 MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder’s Natural History: The Empire in the Encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

como na Hispania e Gália. Com o tempo, voltou para a Península Itálica onde serviu ao *Princeps* Vespasiano e também assumiu o controle da frota marítima romana em Misenum.

No campo literário, Plínio destacou-se por escrever obras em diversos temas: sobre o Latim, oratória, história militar, porém – infelizmente – todas essas perdidas para nós na atualidade, porém informadas por seu sobrinho, Plínio, o Jovem, em suas cartas.

Sobre a vida pessoal do autor, a maior parte de nossas informações chega também devido às cartas de Plínio, o Jovem, principalmente à carta enviada para Baebius Macer, na qual descreve o cotidiano de seu tio e seus afazeres:

“Começava a trabalhar na hora do festim de Vulcano, não para tomar os auspícios, mas para estudar e passava a noite toda assim, no inverno a partir da sétima hora, ou no mais tardar a oitava, mas frequentemente, a partir da sexta. Era fácil para pegar no sono, frequentemente dormindo e acordando enquanto trabalhava. Ao raiar do sol atendia ao imperador Vespasiano – que também utilizava suas noites para o trabalho – e então cumpria com as tarefas que lhe eram confiadas. Quando voltava a casa, dedicava o tempo que lhe restava para o estudo.”²⁶

Ao longo de toda essa carta, a imagem que observamos de Plínio, o Velho é, sem dúvidas, de um grande intelectual, comprometido com seu trabalho, mas principalmente com seus estudos, suas leituras e suas obras. Certamente, tal qual apontou Henderson²⁷, devemos entender os comentários de Plínio, o Jovem, dentro de um conjunto maior de ações por parte desse autor, visando enaltecer e mitificar a imagem de seu tio – afinal, não se espera que Plínio, o Velho tenha sido esta máquina incansável e insaciável de conhecimento que a todo o momento se dedicava aos estudos, parando apenas para o banho. Entretanto, ela ainda é uma boa imagem para pensarmos a respeito do ideal da elite romana em relação ao trabalho intelectual. Esse elemento, como será mostrado, é bastante significativo para compreendermos a importância da *História Natural* para nosso estudo, passando-se agora a analisá-la pormenorizadamente.

Composta de 37 livros, a *Historia Natural* é dedicada a Tito, filho do Imperador Vespasiano, apresentada em 77 E.C., e corresponde a um intenso trabalho de montagem por parte de Plínio, o Velho, das diferentes fontes disponíveis assim como de suas próprias observações:

“Incluí 20.000 tópicos de coisas que são dignas de se conhecer [...] a partir do uso de 2.000 volumes, dos quais poucos estão sob as mãos de estudiosos devido à obscuridade de seus assuntos, e procurados através do uso de 100 seletos autores. A esses fiz consideráveis adições que eram desconhecidas de meus predecessores, ou somente agora descobertas.”²⁸

Como mostra Doody²⁹, entretanto, a *História Natural* foi no passado e continua sendo aos dias de hoje uma obra que é muito mais usada do que lida. O próprio Plínio, em seu prefácio, se mostra atento a esse elemento:

E porque o bem público requer que você [Tito] seja poupado de todo o

26 PLÍNIO, O JOVEM, *Epístolas*, III.5.8-9.

27 HENDERSON, John. *Pliny's Statue. The Letters, Self-Portraiture & Classical Arts*. Exeter: Exeter University Press, 2002.

28 PLÍNIO, O VELHO. *História Natural*, Prefácio.4.

29 DOODY, Audrey. *Pliny's Encyclopedia: The Reception of the Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

trabalho, juntei a essa epístola o conteúdo de cada um dos livros, me dedicando a isto para que você não tenha que ler a todos eles. E tendo feito isto em seu benefício servirá também aos outros, de modo em que qualquer um que procure pelo que deseja saiba onde encontrar.³⁰

Notemos na historiografia tradicional que os usos da obra de Plínio eram sempre pontuais, extratos e excertos retirados do texto – por vezes fora de contexto – visando-se provar alguma coisa, nem que fosse apenas a própria ignorância do autor³¹.

A possibilidade de tratar da *História Natural* de forma fragmentada, certamente tem seu apelo, uma vez que sua leitura linear pode ser, no termo de Trevor Murphy, “vertiginosa”³², devido às extensas digressões realizadas por Plínio. Acreditamos, porém que justamente a partir de uma leitura holística da obra é que emerge o significado real de sua fragmentação, pois podemos percebê-la enquanto um instrumento de demarcação de espaços (geográficos e sociais), e por consequência, de definição identitária.

Como Said mostrou, a demarcação de espaços é cara ao imperialismo uma vez que:

“Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, nenhum de nós está completamente livre da luta sobre a geografia. Esta luta é complexa e interessante porque ela não é apenas sobre soldados e canhões, mas também sobre ideias, sobre formas, sobre imagens e imaginar.”³³

A fragmentação da obra, ou melhor, essa visão da *História Natural* enquanto um manual a ser consultado, propõe – ainda nessa visão de uma luta sobre ideias, formas e etc. – nada menos do que uma sistematização do conhecimento sobre o mundo tendo como eixo central Roma. Significa dizer que o conhecimento contido na obra é organizado para o público romano e a ser consumido e utilizado de “forma romana”, ou como estamos entendendo, da forma como Plínio acredita ser romana.

Como mostra Doody³⁴, o Império e tudo aquilo dentro dele é descrito, sempre, de acordo com sua utilidade para Roma e os romanos, não se trata assim, de uma objetivação de dados da natureza, mas de uma construção cultural: “Na *História Natural*, pode se ler sobre um peixe como um prodígio, mercadoria, comida, como remédio – não os peixes como eles são, mas, em suma, peixes na sua importância para os romanos”.³⁵

A *História Natural*, assim, não pode ser desvinculada de uma história cultural: “O mundo natural fica em contraste com e em relação com o mundo humano. A história da Natureza é assim, simultaneamente, a história da Cultura. A história natural da Terra é por inversão a história não-natural do homem”³⁶.

Percebemos que existe na *História Natural* uma construção discursiva e cultural, que é impositiva e normativa – imperialista no que, a princípio, seriam apenas despreziosas afirmações/descrições sobre a natureza, fazendo-se necessário que

30 PLÍNIO, O VELHO. *op. cit.*, Prefácio.7.

31 CAREY, Sorcha. *Pliny's Catalogue of Culture: Art and Empire in the Natural History*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

32 MURPHY, Trevor. *op. cit.*, p.49.

33 SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage, 1993, p.7.

34 DOODY, Audrey. *op. cit.*, p.63.

35 *Idem*. p.7.

36 WALLACE-HADRILL, Andrew. *op. cit.*, 1990, p.80.

compreendamos melhor tanto sua escrita quanto o momento em que é apresentada.

Se por um lado, Plínio é o autor da obra, por outro ela corresponde muito mais, como mencionamos anteriormente, a um processo de “montagem” do que “escrita”³⁷, tendo em vista que, ao utilizar os seus “cem seletos autores”, é difícil – senão inteiramente impossível – por diversas vezes distinguirmos as opiniões de Plínio das de suas fontes.

Se nos desprendermos, entretanto, da noção do autor-criador e concentrarmos-nos no discurso que é produzido, reconhecendo em Plínio preocupações a respeito de estrutura e apresentação das diferentes vozes por ele organizadas, perceberemos que a *História Natural* é, principalmente, fruto da consolidação política, militar e cultural realizada desde o Principado Júlio-Claudiano:

“A *História Natural* só poderia ter sido escrita na intersecção entre o acúmulo do aprendizado do passado com o vasto e hierárquico poder do *imperium romano*. Somente onde esses se cruzavam alguém poderia coletar o mundo em suas particularidades, antigas e presentes, e classificá-las dando um centro à sua imensidão. A enciclopédia de Plínio só pôde ter sido escrita por que o poder romano já havia organizado o mundo para ela.”³⁸ (grifo nosso).

A obra de Plínio corresponde a um momento em que a construção do conhecimento e a sua organização realizam-se através de uma formulação que une Roma à extensão do Império não apenas enquanto seu pilar central, mas como o único elemento que pode dar significado ao mundo. Tudo isso por que o mundo já fora anteriormente organizado pelo poder romano, isto é, pela conquista destes territórios e sua inclusão social e econômica no mundo romano:

“Que a planta Cita seja trazida do Mar de Azov, e que pelo mesmo limite da natureza, a eufórbia deva ser levada do monte Atlante para além das colunas de Hércules, e que de outra parte a erva britânica provenha das ilhas do oceano localizadas fora do continente, e também que a etíope chegue de uma região queimada pelas estrelas, e que ainda agora de outros lugares venham outras que, em benefício humano, são transportadas de todo o mundo, graças à imensa majestade da paz romana, que não conduz somente a recíproca presença de homens de lugares e ocupações distintas, mas montanhas e picos que superam as nuvens, suas plantas e suas várias produções. Peço que seja eterna esta dádiva dos deuses, que parecem ter doado aos humanos os Romanos como um segundo sol.”³⁹

A questão da romanidade e a articulação dos conceitos de *humanitas* e *romanitas* com o discurso imperialista é bem visível nessa questão e, na fala de Plínio, sendo novamente Said quem nos auxilia a percebê-la:

“Havia um compromisso em constante circulação e recirculação de que, de um lado, permitia a homens e mulheres decentes aceitar a noção de territórios distantes e seus povos nativos deveriam ser subjugados e, de outro lado, reabastecia as energias metropolitanas para que estas pessoas decentes pudessem pensar o *imperium* como uma grande extensão, quase uma obrigação metafísica de dominar pessoas subjugadas, inferiores ou menos avançadas.”⁴⁰

37 MURPHY, Trevor. *op. cit.*, p.9.

38 *Idem.* p.49.

39 PLÍNIO, O VELHO. *op. cit.*, XXVII.1.2-3.

40 SAID, Edward. *op. cit.*, p.10.

O discurso encontrado em Plínio e o poder imperial alimentam-se assim um do outro, e funcionam conjuntamente na sedimentação e consolidação das conquistas militares, inclusive naturalizando o domínio romano: mais de uma vez encontramos os nomes e descrições de unidades administrativas romanas (como províncias, cidades, construções) sendo apresentadas nos mesmos termos que elementos físicos da natureza, tais como rios, lagos e montanhas⁴¹.

O sucesso da *História Natural* entre os romanos é também uma importante medida do pensamento e imaginário social de sua época. Encontrando grande aceitação entre seus pares, a obra de Plínio faz parte de uma sociedade que se encontra, em sua própria visão, no centro do mundo – e com direito a estar nesse centro. Portanto, não é difícil compreender porque o mundo deva estar à disposição de suas necessidades, assim como aspirar aos ideais sustentados por ela.

A *História Natural* é assim, criatura e criadora de sua época, em que entende Roma enquanto centro do universo, *urbis et orbis*, sendo sua escrita possibilitada através da dominação e expansão imperial e mantenedora desse *status quo*, com seu discurso que ampara e sustenta tal dominação.

A Questão da Alteridade na *História Natural*

De acordo com Murphy⁴², e com o quem concordamos em nossa análise, o principal recurso discursivo utilizado por Plínio, o Velho na *História Natural* é a construção e a apresentação de contrastes e antíteses durante a exposição de seus argumentos. Através de exemplos, Plínio constrói a normalidade pelo seu oposto, por aqueles elementos que fogem ao cotidiano sendo ainda que os de valor negativo são atribuídos aos estrangeiros e os positivos aos romanos.

Considerando o objetivo de nosso artigo, escolhemos para esta seção uma análise do livro VII da *História Natural* no qual Plínio faz um levantamento etnográfico sobre os diferentes povos que habitam o mundo. Notemos, entretanto, que existem digressões nesse sentido por todos os livros da obra, mas como o próprio sumário provido pelo autor sugere, há uma concentração desses dados nesse livro em específico, e por isso ele será utilizado.

Notemos como Plínio começa sua apresentação dos povos estrangeiros:

“Já foi indicado que entre os povos Citas, e na verdade muitos deles, alimentam-se de corpos humanos – Algo que pode parecer incrível se não soubéssemos que povos com esse caráter existiam na região central do Mundo, chamados Ciclopes e *Lastrygonas* (sic), e que até bem recentemente as tribos de além dos Alpes praticavam habitualmente sacrifícios humanos, o que não está longe da ingestão dessa carne.”⁴³

Parece-nos interessante que a primeira informação escolhida por Plínio sobre os povos não-romanos seja justamente um dos maiores, senão o maior, tabus alimentares que se conhece até os dias de hoje, indicando em seguida uma realidade mítica sobre “ciclopes” e por fim reiterando um tabu religioso importantíssimo para os romanos que é a não execução de sacrifícios humanos.

O contraste que é realizado pelo autor, entre o canibalismo cita e a execução de sacrifícios com vítimas humanas, coloca-se claramente como a antítese da vida civilizada e moral romana (*humanitas*), voltando-nos assim ao aspecto relacional

41 PLÍNIO, O VELHO. *op. cit.*, III.6.

42 MURPHY, Trevor. *op. cit.*, p.29.

43 PLÍNIO, O VELHO. *op. cit.*, VII.2

mencionado anteriormente a respeito da construção e manutenção de identidades.

Para Plínio, o Velho, existe uma compreensão visível daquilo que difere os romanos dos demais povos. São os atributos morais, sociais e legais, que representam essa alteridade, como podemos ver na citação abaixo:

“Não longe da cidade de Roma na região dos Faliscos, existem algumas famílias chamadas de Hirpi que, no sacrifício anual a Apolo no Monte Soracte, andam sobre pilhas de madeira em brasa e não se queimam e consequentemente gozam de isenção perpétua, através de *Senatus Consulto*, de serviço militar e todos os outros encargos.”⁴⁴

Devemos notar, também, que a proximidade geográfica com Roma é um fator significativo na quantidade – e qualidade – de elementos incríveis das histórias de Plínio. Em vias de regra, quanto mais afastado desse centro do mundo, mais fantástica a descrição, sendo essas especialmente notáveis em relação à Índia:

“Na extrema fronteira leste da Índia, próximo a nascente do Ganges, ele [Megasthenes] coloca a tribo dos Astomi, que não possuem bocas e pelos por todo o corpo. Eles se vestem com algodão e vivem apenas do ar que respiram, e dos odores que inalam através de suas narinas.”⁴⁵

Ao longo do sétimo livro, Plínio passa a abordar a humanidade através de casos excepcionais, construindo pelo excesso e pelo Outro a sua “normalidade” e “romanidade”: comenta sobre Mudanças de Sexo⁴⁶, Gravidez⁴⁷, características físicas como altura, memória, visão e força⁴⁸. O livro torna-se ainda particularmente notável para nosso estudo no momento em que Plínio dedica-se às personalidades que considera realmente excepcionais, todas elas romanas, a começar com Júlio César, Pompeu e Catão:

“O exemplo mais notável de vigor mental em qualquer homem que já nasceu, julgo que seja o de César, ditador. Não me refiro à suas virtudes ou constância, nem de sua excelência que era capaz de conter todas as coisas sob o céu, mas falo de seu inato vigor e rapidez mental que eram como um pássaro de fogo.”⁴⁹

“Mas agora, uma vez que pertence tanto à glória do Império Romano, quanto à carreira de um único homem, começarei a listar todas as vitórias e triunfos de Pompeu, o Grande, cujo esplendor de suas conquistas equipara-se não apenas às de Alexandre, O Grande, mas também das de Hércules e quase as de Pai Liber.”⁵⁰

“Existiram também vários e numerosos outros casos de eminência em outros tipos de excelência. Catão, o primeiro da gente Pórcia, é considerado como exemplo dos três maiores dons do homem, a saber: ótimo orador, ótimo general e ótimo senador.”⁵¹

Não nos surpreende que entre os maiores e melhores homens do mundo,

44 *Idem*. VII.2.19.

45 *Idem*. VII.2.25.

46 *Idem*. VII.4.

47 *Idem*. VII.5-11.

48 *Idem*. VII.16-24.

49 *Idem*. VII.25.

50 *Idem*. VII.26.

51 *Idem*. VII.27.

Plínio tenha escolhido dois que expandiram consideravelmente a dominação romana pelo Mediterrâneo enquanto gerais, e um terceiro que é tido, tradicionalmente, como exemplo – inclusive pelas suas condutas e postura estoica – de vida para a elite romana.

Plínio prossegue ainda levantando alguns outros nomes de romanos importantes do passado, porém quando ele se volta para áreas do conhecimento, como a poesia⁵² e a filosofia⁵³, são os gregos que aparecem como seus exemplos. Isso faz com que o autor, reconhecendo a excelência entre os gregos, sinta necessidade de realizar um pequeno excuro para trazer de volta o foco aos próprios romanos:

“Mas revisemos agora as Glórias de nossos próprios homens. (...) Existem incontáveis séries de exemplos romanos, se decidirmos buscá-los, uma vez que está única gente produziu mais homens de distinção em todos os campos do que o conjunto de todos os outros povos da terra.”⁵⁴

“De todos os povos do mundo, os romanos, sem dúvida, sobressaíram-se a todos os outros na demonstração da virtude.”⁵⁵

Se, até este momento, Plínio usava contrastes para construir sua ideia de romanidade, após sua apropriação dos gregos, ele começa a exaltar o povo romano. Assim como estamos cientes, a relação entre entidades romanas e gregas é diferentes dentre essas e as identidades dos povos “bárbaros” que vivem no mundo mediterrâneo. Talvez seja por essa razão, sugerimos, que as histórias fantásticas e exemplos contrastantes empregados anteriormente não seriam suficientes ou críveis para distinguir romanos dos gregos. Assim, Plínio escolhe demonstrar de maneira diferente, e mais explícita, a superioridade da cultura romana.

A romanidade aparece na *História Natural* como a principal conquista da humanidade: entre os romanos estão os maiores e melhores exemplos em cada ramo do empreendimento humano, bem como todas as virtudes a eles pertencem. Estrangeiros são bárbaros cuja selvageria é observável em suas naturezas físicas e culturais. Os gregos são os únicos que merecem alguma nota, mas mesmo eles são invisíveis frente a luminosidade romana, o segundo sol.

Considerações Finais

No presente artigo propusemos uma leitura dos conceitos de *identidade*, *romanidade* e *fronteiras* baseados em uma perspectiva póscolonial que devia ser operacional e útil ao estudo da Roma antiga. Com esse fim, acreditamos que as ideias sobre a construção discursiva das identidades e nas formas como o Outro é estereotipado e apresentado nos discursos coloniais, tornando-se objetos de “desejo e de desprezo”, simultaneamente conhecíveis e distantes, são adequados para entender a relação entre romanos e não-romanos ao período de nossa análise.

A análise da obra de Plínio, o Velho, focou-se em seus aspectos imperialistas, como uma forma de organizar o mundo tomando Roma como seu centro; um mundo que aparece de acordo com os interesses romanos e seu significado só pode ser realmente compreendido através dessas lentes.

Nossa análise também demonstrou como questões em relação ao self/alteridade podem ser vistas dentro da *História Natural*: O outro torna-se uma realidade que deve ser inteiramente

52 *Idem*. VII.29.

53 *Idem*. VII.30.

54 *Idem*. VII.30.114-116.

55 *Idem*. VII.40.

visível e conhecível. Os citas são canibais, os Astomis viviam sem respirar. Esses estereótipos é que permitem aos Romanos conhecê-los, sem ter que, contudo, entrar em contato com eles.

É importante entender, entretanto, que o ato de criar estereótipos não é, simplesmente, um ato de criar imagens falsas e distorcidas, mas

"Um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção, estratégias metafóricas (narcisista) e metonímicas (agressiva), deslocamentos e sobre-determinações, culpa, agressividade; mascara e divide os conhecimentos 'oficial' e fantasmático que constroem posicionalidades e oposicionalidades do discurso racista."⁵⁶

Em outras palavras, Plínio não está apenas criando a imagem dos Citas canibais, mas, de uma maneira mais abrangente, em sua apropriação do outro, ele está criando posições e oposições dentro de um discurso que esconde e borra as divisões entre o conhecimento oficial e ilusório. Nesse sentido, o que nós lemos é o ponto alto de uma tensão entre conhecer e não-conhecer que, em diferentes momentos da obra, é levada por estratégias diferentes: entre os gregos é necessário admitir suas conquistas intelectuais, mas tão necessário quanto, é assegurar e afirmar a superioridade romana.

O discurso pliniano sobre o outro, dessa forma, busca estabilizar-se dentro de um paradigma imperialista/colonialista, subordinando os povos não-romanos à uma organização do mundo que, tendo absolutamente nada de 'natural' em sua construção, toma Roma como sua base fundamental. Se, de um lado, esse discurso propõe experimentar, viver e conhecer o outro, de outro lado, ele é determinado por um conjunto de regras implícitas que não apenas deformam, mas de fato, cria a identidade não-romana, marcada primariamente, na oposição binária do "ser romano" e da dominação romana.

Assim sendo, é possível observarmos a necessidade de continuar trazendo à discussão a respeito da romanidade e identidade suas principais características: uma prática discursiva que é normativa, pedagógica e imperialista.

⁵⁶ BHABHA, *op. cit.*, p. 117.